



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

2021, o ano de preparação para o crescimento esperado

Iniciamos o ano de 2021 com expectativas de retomada das atividades dos principais setores de atuação da Companhia. Percebemos, também, que começamos a colher frutos da reestruturação iniciada pela Gestão Atual.

Olhar para trás e verificar os resultados de 2021 foi gratificante. Tudo por conta de decisões tomadas em anos anteriores, em linha com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, órgão estratégico da NUCLEP. A execução do planejamento foi exitosa!

Alguns setores de atuação da Companhia de fato apresentaram reação, como por exemplo, o Setor Nuclear, com a retomada das obras da usina de Angra 3. Dentro deste contexto, vale citar a conclusão da entrega dos acumuladores encomendados pela Eletrônica para a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - Angra 3.

Nesta mesma linha, no Setor de Defesa, ressaltamos que foram produzidas pela NUCLEP duas das três seções da parte inferior do Reator Nuclear (Bloco 40).

A expertise da Companhia certamente segue permitindo que tenha participação de destaque, em atendimento às Políticas Públicas Governamentais.

Na esfera interna, especialmente nas boas práticas de governança, consigna-se a 21ª classificação obtida pela NUCLEP, dentre todas as estatais, sobre a avaliação da transparência nos portais da Administração Pública Federal realizada pelo Tribunal de Contas de União - TCU. Outro feito foi resultado obtido pela NUCLEP no 5º Ciclo do Indicador de Governança SEST - IG SEST, tendo sido classificada no nível 2 de governança.

A Companhia está agora mais preparada para o crescimento que se espera para os próximos anos, bem como seu planejamento estratégico foi revisado, tendo sido aprovado na 151ª Reunião do Conselho de Administração, em dezembro de 2021.

A Direção da Companhia acredita nas expectativas positivas para o desenvolvimento, em maior intensidade, do segmento nuclear e do setor de defesa, sem perder de vistas as oportunidades que podem surgir no setor de energia, em função da fábrica de torres de transmissão, inaugurada em março de 2021.

O ano de 2022 vem exigindo um esforço ainda maior da Direção da Companhia na busca permanente de novos negócios. Entretanto, apesar da pandemia do COVID-19, a Diretoria da empresa vislumbra nos próximos anos, com a retomada de alguns segmentos do mercado no país, condições mais favoráveis para atuação da NUCLEP. Essas condições, aliadas às medidas gerenciais de otimização de gastos, de boas práticas administrativas e gerenciais e, ainda, de redução de custos, criam perspectivas melhores para a empresa no exercício presente.

Apesar dos nossos números financeiros e contábeis ainda não refletirem todo o esforço executado nos últimos anos, mais uma vez passos importantes foram dados na gestão, preparando a Companhia para os próximos anos, haja vista que os novos negócios estão gradualmente se materializando. Vale consignar que no exercício de 2021, a Companhia apresentou seu primeiro resultado positivo em décadas.

Seguiremos cumprindo com afinco nossa missão cuja essência é contribuir para o desenvolvimento do país, visando atender as demandas estratégicas da nação.

Contra - Almirante (RM1) CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
Presidente da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

DIRETORIA

"Em 2021, os desafios continuaram a ser vencidos, não somente pela crise sanitária que assola o mundo, como, também, pelas demandas de novos contratos assinados pela nossa empresa. Porém, mais uma vez estamos superando com profissionalismo, dedicação, criatividade e proatividade de todos nossos colaboradores.

Agora em 2022, novos desafios surgirão, buscando atender nossos objetivos estratégicos e continuarmos contribuindo para o crescimento e sucesso da nossa NUCLEP. Viva a NUCLEP e Boa Sorte a todos Nuclepianos!"

Contra-Almirante (RM1) - Oscar Moreira da Silva Filho
DIRETOR ADMINISTRATIVO

"Com as dificuldades em 2021, o foco para 2022 é a realização de vendas visando a continuidade da diminuição de dependência do governo nos próximos anos. A proximidade aos clientes permitiu avançar as negociações e a previsão de vendas para o primeiro semestre de 2022 apontam para a celebração de novos contratos a curto prazo, permitindo faturamento ainda este ano, somadas as obras em carteira, enxergamos a possibilidade de alcançar nossas metas."

Engenheiro Nicola Mirto
Diretor Comercial

"O ano de 2021 trouxe para a NUCLEP novos e desafiadores objetivos que, permeados com as restrições impostas pela pandemia, estimularam o surgimento de soluções inovadoras de gestão de pessoal e planejamento operacional. Com criatividade, competência, transparência e profissionalismo, os obstáculos superados possibilitaram à NUCLEP o atingimento do maior superávit da história. Em 2022 a NUCLEP buscará novos desafios, mantendo a curva ascendente de qualidade e faturamento, consolidando as lições aprendidas e buscando cada vez mais a excelência em todas as áreas de atuação."

Capitão de Mar e Guerra (EN) Alexandre Magalhães Fernandes
DIRETOR INDUSTRIAL

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		173.464	272.662
Disponível	4	17.635	17.184
Contas a Receber	5	27.252	16.372
Estoques	6	117.116	227.427
Impostos a Recuperar	7	7.787	6.923
Outros Créditos	8	3.674	4.756
ATIVO NÃO CIRCULANTE		524.486	526.278
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		276.107	273.147
Contas a Receber	9	257.315	255.056
Depósitos Recursais	10	14.239	13.538
Caução	11	4.553	4.553
INVESTIMENTOS	12	167	167
IMOBILIZADO	13	284.008	279.916
(-) SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS INTANGÍVEL	15	(37.734)	(28.790)
14		1.938	1.838
ATIVO TOTAL		697.950	798.940
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		137.333	145.968
Fornecedores	16	6.467	8.372
Obrigações Trabalhistas e Sociais	17	32.591	34.849
Obrigações tributárias	18	489	1.958
Previdência Privada - NÚCLEOS	23	25.268	11.877
Obrigações com Clientes	19	23.463	37.542
Outras Obrigações	20	2.926	3.816
Receita de Subvenção a Realizar	21	46.129	47.554
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		381.609	473.904
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		381.609	473.904
Empréstimos - INB	22	33.017	33.017
Previdência Privada - NÚCLEOS	23	207.326	212.792
Provisões	24,2	31.047	26.028
Receita de Subvenção a Realizar	21	110.219	202.067
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		179.008	179.068
Capital Social	25,1	61.210	61.210
Reserva de reavaliação	25,2	22.573	27.380
Ajuste de avaliação patrimonial	13,1	159.864	159.864
Prejuízos Acumulados		(64.639)	(69.386)
PASSIVO TOTAL		697.950	798.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	34.802	15.368
Resultado do exercício	79	(2.664)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(11.163)
Depreciação	8.405	5.881
Amortizações	44	4
Baixa/Ganho no ativo imobilizado	39	400
Realização das subvenções de investimentos	8.943	(5.326)
	17.510	(12.868)
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a receber	(13.139)	12.931
Outros créditos	1.081	169
Estoques	110.311	(70.831)
Estoques de Processo - Depreciação	583	2.632
Depósitos recursais e cauções	(701)	(625)
Impostos a recuperar	(864)	(1.518)
	97.274	(57.242)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(1.904)	(15.730)
Obrigações trabalhistas e sociais	(2.258)	(1.989)
Obrigações tributárias	(1.469)	(288)
Previdência privada	28.876	25.097
Obrigações com clientes	(14.080)	25.930
Subvenções a realizar/outras	(93.273)	63.847
Provisões	4.129	(11.389)
	(79.979)	85.478
	(13.400)	(23.268)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimento	-	-
Aquisição de imobilizado	(13.257)	(22.756)
Aquisição de intangível	(143)	(512)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(20.951)	(19.193)
Subvenções para amortização de dívida - Núcleos	(20.951)	(19.193)
Fluxo de Caixa Gerado (Aplicado) no Exercício	451	(27.093)
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		
Saldo inicial do Disponível no período	17.184	44.277
Saldo final do Disponível no período	17.635	17.184
Variação no Saldo das Disponibilidades	451	(27.093)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	306.832	225.490
(-) Custos dos Produtos Vendidos - CPV	27	(39.431)	(102)
LUCRO BRUTO		267.401	225.388
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(267.295)	(228.052)
(-) Despesas Operacionais Administrativas e Comerciais	28	(264.465)	(226.020)
(-) Despesas Operacionais Tributárias		(2.278)	(1.951)
(-) Resultado Financeiro	29	(552)	(81)
LUCRO OPERACIONAL		106	(2.664)
(-) Alienação de Ativos Não Circulantes		-	-
LUCRO ANTES DO IR/CSLL		106	(2.664)
(-) IR sobre Lucro Líquido		(18)	-
(-) CS sobre Lucro Líquido		(9)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		79	(2.664)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	79	(2.664)
Outros resultados abrangentes	(4.807)	(4.674)
Realização da Reserva de Reavaliação	(4.807)	(4.674)
Resultado abrangente	(4.728)	(7.338)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	2021	2020
1. RECEITAS	37.806	5.312
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços	37.806	5.312
2. INSUMOS PRÓPRIOS E ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(97.881)	(36.002)
(-) Custos dos Produtos Vendidos - CPV	(39.431)	(102)
(-) Materiais, Energia e Serviços de Terceiros	(58.450)	(35.900)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(60.075)	(30.690)
4. RETENÇÕES	(8.449)	(5.885)
(-) Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis	(8.405)	(5.881)
(-) Amortização de Ativos Não Circulantes	(44)	(4)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(68.524)	(36.575)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	275.576	223.717
(-) Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional	275.553	223.429
(+) Receita Financeira	23	288
7. VALOR ADICIONADO A TRANSFERIR	207.052	187.142
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	207.052	187.142
Pessoal (Remuneração e Encargos)	161.776	146.966
Previdência Complementar	30.772	25.782
Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)	5.019	11.488
Governo (Federal, Estadual e Municipal)	8.831	5.201
Juros e atualizações monetárias	575	369
Resultado do exercício	79	(2.664)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, (denominada "NUCLEP" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Sua sede está situada no Edifício RB1, Avenida Rio Branco, nº 01 - Sala 1610, Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.090-003. Sob o controle acionário da União será representada, na qualidade de controladora, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, com objetivo social de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados para usinas nucleares, assim como equipamentos para a construção naval e offshore, e outros projetos.

Com as restrições orçamentárias e a postergação da construção das usinas nucleares, inicialmente previstas para oito unidades, a Empresa buscou, ao longo de sua história, ampliar o seu portfólio de projetos de modo a desonerar o contribuinte brasileiro atuando em novos mercados como o de defesa, com a construção de cascos resistentes dos submarinos da classe IKL e da classe Scorpène; de petróleo e gás natural, com a construção de partes flutuantes e módulos das plataformas P-51 e P-56 e de energia hidrelétrica e termelétrica, tanto no Brasil como no exterior. Nos últimos anos, a NUCLEP, seguiu operando seu parque fabril com qualidade e a determinação de seu quadro técnico motivou melhorias na área administrativa com a implantação de ferramentas que pudessem dar suporte logístico as obtenções, ao armazenamento e o controle de estoque. Com isso, a necessidade de capital de giro vem sendo suprida com os recursos da União, que durante o exercício de 2021 foram de R\$ 275.553 mil (2020: R\$ 223.429 mil).

A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes: Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes; alimentação; transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia adotou todas as normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, mediante revisão do pronunciamento já interpretado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em vigência até 31 de dezembro de 2021. Quanto as novas normas e interpretações ainda não efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, a empresa não adotou essas alterações na elaboração destas demonstrações financeiras e não tem intenção de adotar de forma antecipada.

As presentes Demonstrações Financeiras, Foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2022.

A Administração da Companhia, ratifica que todas as informações relevantes das Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.1 Demonstração do valor adicionado - DVA

A companhia elaborou a DVA nos termos da Deliberação CVM nº 557/08 e do Pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual, é apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.2 Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

Embora não esteja previsto na Lei 6.404/76, a companhia elabora a DRA conforme resolução CFC nº 1.185/09; CPC 2.6 e CVM 676/11, sendo parte integrante das demonstrações financeiras.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário fazer uso de estimativas com base em premissas que alteram os valores dos ativos e passivos, com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa - EPCLD, assim como da avaliação dos demais riscos relacionadas a outras provisões, como contingências pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas; cíveis e tributárias). Embora a administração faça uso de avaliações que são revisados periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

2.4 Base de Conversão de Moeda

a) A moeda funcional e a de apresentação

A moeda funcional e a moeda de apresentação da companhia, é o Real (R\$).

b) Transações e saldos monetários

As operações com moedas estrangeiras, são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

3.1 Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente. Não se tem a mensuração do valor de mercado desse instrumento, dado que a intenção da entidade é ter os títulos até o vencimento.

3.1.1 Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa.

3.1.2 As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5.

3.1.3 Ao ativo realizável a longo prazo, não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização.

3.1.4 Outros créditos estão registrados ao valor original.

3.2 Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição.

3.3 O imobilizado está registrado ao preço de aquisição, sendo considerada a estimativa de vida útil econômica, o valor residual e a taxa de depreciação dos bens estabelecidos no CPC 27 aprovado pela deliberação CVM 583/09. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. O valor residual e a vida útil do ativo são revisados ao final de cada exercício.

3.4 As provisões trabalhistas contingenciais, são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião do nosso setor jurídico.

3.5 Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo, acrescido de atualização monetária e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados.

3.6 A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram, por meio de depreciação.

3.7 As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade, de modo que esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados, compreendendo o valor das vendas de produtos e serviços, sendo reconhecidas pelo regime de competência.

3.8 Subvenções, são assistências financeiras governamentais recebidas do Tesouro Nacional, destinadas a investimentos (aquisição de ativos); pagamento de pessoal e custeio, reconhecidas pelo regime de competência nos períodos, ao longo dos quais, a entidade reconhece os custos/despesas. A subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Corresponde à conta única centralizada no Tesouro Nacional, a qual, a empresa está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), onde movimentam os recursos próprios e os recursos provenientes do tesouro nacional estabelecidos no orçamento.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Pessoal	10.315	16.022
Custeio/Investimento – Fonte Tesouro Nacional	80	1.077
Custeio - Fonte Própria	7.240	85
Total	17.635	17.184

Do limite de saque disponível, 58% desses recursos estão conciliados com pagamentos a serem realizados no próximo exercício. Os demais 42% estão vinculados da seguinte forma:

- [a] Fonte Própria e Custeio Tesouro Nacional: referente aos pagamentos futuros de custeios e investimentos;
- [b] Pessoal: vinculados para pagamentos de Salários, Previdência, Sentenças e outros.

5. CONTAS A RECEBER

Do total do Contas a Receber, 90% (noventa por cento) equivale a subvenções a receber para liquidação de dívidas classificadas no Plano Plurianual - PPA resultantes de cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Os demais 10% (dez por cento) restantes, são decorrentes das atividades econômicas da empresa.

Contas a Receber - Líquido	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	25.808	27.625
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	3.182	3.072
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.202)	(26.202)
Subvenções a Receber	24.464	11.877
Total	27.252	16.372

Com relação a provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, a empresa reconhece em função de declaração de insolvência por parte dos devedores mediante sentença emanada pelo poder judiciário e os títulos vencidos há mais de um ano.

6. ESTOQUES

São custos de produtos acumulados na elaboração da produção, a serem faturados. O saldo de importações em andamento, refere-se aos custos/despesas de matéria prima e de item de estoque, aguardando a finalização do desembaraço. No tocante ao aspecto quantitativo, a produção em processo representa 78% (setenta e oito por cento) do estoque total (2020: 90%). Desta forma, os saldos relativos aos estoques estão assim demonstrados:

Produtos em Processo - Circulante	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Eletronuclear	16.130	42.719
Centro Tecnológico da Marinha – S.P. - CTMSP	40.211	111.880
Thyssenkrupp	13.055	25.871
Amazul	9.425	9.664
Outros Projetos	12.941	15.645
Total de Estoque de Produtos em Processo	91.762	205.779

Os Estoques de Produtos em Processos foram remodelados e corrigidos no corrente exercício no que tange ao critério de rateio dos custos indiretos, para somente aos departamentos de produção e não de apoio como eram apropriados. Com isso ocorreu uma redução dos custos em 118 milhões, reclassificados para despesas.

Os impactos no resultado foram nulos pois os custos apropriados em Estoque de Produtos em Processo estão subvencionados em contas do passivo circulante e não circulante, os quais foram baixados respectivamente.

Para efeito de comparação abaixo estão os estoques de produção em elaboração em dezembro de 2020 sem os custos indiretos que não estariam ligados a ordem de produção:

Produtos em Processo - Circulante	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Eletronuclear	16.130	17.559
Centro Tecnológico da Marinha – S.P. - CTMSP	40.211	50.376
Thyssenkrupp	13.055	10.470
Amazul	9.425	4.965
Outros Projetos	12.941	8.264
Total de Estoque de Produtos em Processo	91.762	91.634

Os demais estoques no decorrer do período estão assim apresentados:

Estoque	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Produtos em Processo - Circulante	91.762	205.779
Matéria Prima	9.492	14.130
Almoxarifado	8.866	6.628
Importação em Andamento	3.254	261
Adiantamentos a Fornecedores	3.742	629
Estoque Total	117.116	227.427

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

São créditos com IPI; Imposto de Renda; COFINS e ICMS, decorrentes das aquisições de matéria prima e outros insumos, como energia elétrica, depreciação entre outros, utilizados na produção conforme legislação vigente, corrigidos monetariamente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e passíveis de compensação após o encerramento do ano calendário.

Tributos Federais	Dezembro 2021	Dezembro 2020
IPI	518	582
Imposto de Renda e C.S.L.L	1.135	702
COFINS	4.452	4.534
PASEP	963	981
	7.068	6.799
Tributos Estaduais e Municipais	Dezembro 2021	Dezembro 2020
ICMS	719	124,00
ISS	-	-
	719	124
Total de Impostos a Recuperar	7.787	6923

8. OUTROS CRÉDITOS

Demais Créditos a Receber Líquido

Demais Créditos a Receber Líquido	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	1.850	2.602
Adiantamentos a Empregados (13º Salário e Férias)	2.460	2.790
Outras Contas	67	67
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(703)	(703)
Total	3.674	4.756

9. CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

Com base nas garantias concedidas pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e que teve como consequência a constituição de um passivo orçamentário por parte do Tesouro Nacional, a NUCLEP e o Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS, firmaram em 2007, um Termo de Transição que viabiliza a amortização da dívida a ser paga em 360 meses (até Outubro de 2039). O impacto dessas subvenções a receber alcançará cinco Planos Plurianuais – PPA visto que a amortização da dívida se encerra em Outubro de 2039, se não houver amortização parcial e parte desse direito de subvenções a receber já está apresentado na nota explicativa de curto prazo.

Para os efeitos contábeis estabelecidos na Lei 6.404/76, art. 179, os direitos a serem recebidos após o exercício social subsequente devem ser apresentados no Ativo Realizável a Longo Prazo. Do total do Contas a Receber, 93% (noventa e três por cento) equivale ao crédito que a empresa possui com a Secretaria do Tesouro Nacional, assim demonstrado:

Direitos a Receber de Longo Prazo	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Secretaria do Tesouro Nacional:		
Núcleos – Instituto de Seguridade Social	207.326	212.792
Reclamações Cíveis	12.779	12.612
Reclamações Trabalhistas	18.266	13.416
TOTAL	238.371	238.820
Plano Médico – coparticipação empregados	18.944	18.236
Total	257.315	255.056

Os direitos a receber com coparticipação dos empregados 71% são referentes aos empregados ativos (R\$ 13.478 mil) e 29% são referentes aos ex empregados (inativos) que correspondem a R\$ 5.468 mil). Ambos os direitos são controlados pela assistência do plano médico da Nuclep.

10. DEPÓSITO RECURSAIS

Correspondem a depósitos judiciais vinculados a diversos processos trabalhistas. Por não concordar com as decisões proferidas pela justiça, a NUCLEP se vê na obrigação de recorrer diante da expectativa e da possibilidade de reverter enquanto couber recurso.

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Processos Trabalhistas	13.270	13.295
Demais depósitos	969	243
Total	14.239	13.538

11. CAUÇÕES

São depósitos efetuados conforme estabelecidos em cláusulas contratuais, a serem resgatados após encerramento dos respectivos contratos, a saber:

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Eletronuclear	4.303	4.303
Impsa	250	250
Total	4.553	4.553

12. INVESTIMENTOS

Valor correspondente aos depósitos compulsórios a favor da Eletrobrás efetuados na década de 80, conforme diversas faturas de cobrança de energia elétrica, convertido em 6.036 ações nominais a favor da NUCLEP.

13. IMOBILIZADO

Grupo do Ativo Imobilizado	Saldo Inicial	Aquisições	Bens em andamento	Transferências internas - Ativo	Incorporação de Ativos	Baixas de Ativo (Sem efeito no Resultado)	Baixas de Ativo (Perda)	Depreciação	Saldo Final
Terreno	161.424	-	-	-	-	-	-	-	161.424
Edifícios	47.255	-	-	-	(138)	-	(1.750)	-	45.366
Máquinas e Equipamentos Industriais	35.776	3.319	-	17.035	-	-	(5.809)	-	50.321
Instalações	5.140	-	-	-	-	-	(236)	-	4.903
Demais Equipamentos	7.889	154	-	-	14	-	(663)	-	7.394
Tecnologia da Informação e Comunicação	698	1.239	-	-	14	-	(37)	(300)	1.615
Móveis e Utensílios	1.981	69	-	-	5	-	(221)	-	1.834
Veículos	12	-	-	-	-	-	(8)	-	4
Bens Ativáveis	19.741	-	8.443	(17.035)	-	-	(3)	-	11.146
Demais Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	279.916	4.781	8.443	-	33	(138)	(39)	(8.988)	284.008

A. Foram transferidos para Máquinas e Equipamentos os seguintes itens que se encontravam em bens ativáveis: A1. Três máquinas referentes à ampliação das linhas de produção CNC das torres de transmissão para atendimento ao Contrato CB-027/2020; A2. Um serviço de modernização do sistema de controle e acionamento da Ponte Rolante KL-SUL conforme Contrato CS-003/2020; A3. Cinco guindastes giratórios recebidos em definitivo conforme Contrato CB-110/2020.

B. Classificado com bens ativáveis: A1. A evolução do andamento físico da obra de recuperação estrutural do Terminal Marítimo referente ao Contrato CS-143/2019; A2. A evolução do projeto de modernização do Torno Schiess Florip 5.11.01 conforme Contrato CS-158/2020; A3. A evolução do projeto de modernização da Ponte Rolante KL-Norte conforme Contrato CS-160/2020; A4. A evolução do contrato de aquisições e instalações de 02 (dois) grupos motogeradores diesel estacionário de energia emergencial conforme CB-027/2021; A5. Aprovação dos desenhos

para fabricação e comprovação da aquisição de matéria prima referente aquisições de duas prensas hidráulicas tipo C e uma prensa hidráulica de recorte de cantoneira conforme Contratos CB-039 e CB-040/2021; A6 Aquisição do kit de modernização e periféricos de automação e contratação do serviço de modernização tecnológica da balança Toledo conforme Contrato CB-051/2021.

13.1. Instalações NUCLEP

Com base na premissa, de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade, fizemos o reconhecimento contábil do terreno (R\$ 1.560 mil), como nosso ativo em 2012. Em seguida, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações (R\$ 159.864 mil), com a finalidade de corrigir um erro material, fato esse que tornava as Demonstrações Financeiras deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe frisar, que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP, está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, sendo que o registro contábil deste imóvel, consta como bem patrimonial nas duas empresas, faltando apenas, a decisão a ser definida de comum acordo entre as empresas e órgãos superiores. Abaixo é apresentado as respectivas inscrições na prefeitura de Itaguaí, suas metragens e área construída até o exercício:

INSCRIÇÃO	ÁREA TERRENO	ÁREA CONSTRUIDA
88.382	30.685,00	57.843,00
88.383	30.685,00	22.574,00
98.374	159.791,00	11.786,64
98.375	682.015,00	-
98.376	682.015,00	496
5.878.204	18.746,00	-
33.532	600,00	-
33.533	600,00	-
TOTAL	1.605.137,00	92.203,64

Em 14/09/2018, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC estabeleceu através do aviso nº 371/2018, a reabertura do processo nº 00400.006127/2010-18 que visa a regularização do terreno em que se encontra a fábrica da NUCLEP, o qual, constitui um grupo de trabalho com representantes da NUCLEP, INB, CNEN e MCTIC.

Em 18/05/2021, o Ministério de Minas e Energia - MME encaminhou a NOTA TÉCNICA Nº 20/2021/ASSEC referente ao processo nº 48340.000188/2021-02 considerando a urgência de se chegar a bom termo em relação à regularização da titularidade do terreno em que se encontram as instalações industriais da NUCLEP. A Secretaria Executiva ao encaminhar a Nota Técnica em tela, tanto à diretoria da NUCLEP quanto à diretoria INB solicita que as diretorias executivas se manifestem sobre os temas propostos.

Entre 24 de novembro e 03 de dezembro de 2021 foram realizados os trabalhos de campo para o Levantamento topográfico do Parque Industrial da Nuclep pelo 5º Centro de Geoinformação do Exército Brasileiro. Assim com as plantas e relatório técnicos prontos serão dado o início ao processo de regularização junto a prefeitura e cartório de imóveis de Itaguaí.

14. INTANGÍVEL

Correspondem a utilização dos seguintes softwares: 1. Enterprise Resource Planning – ERP, que está em fase de implantação pela empresa Benner. 2. Demais: Licença de Microsoft SQL Server Enterprise 2019 por 10 anos em substituição da versão 2008, Software necessário e obrigatório para o software "Steel projects de gestão dos projetos das torres de transmissão; Licença do Software Commvault por 3 anos para suporte e manutenção do software de backup de dados dos servidores da Nuclep; Licença do Software CAM para nesting de chapas por 5 anos (Lantek Expert); e Licença de software de gerenciamento de produção para fabricação de torres de transmissão de eletricidade.

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Sistema de Governança Corporativo – ERP - BENNER	1.342	1.342
Outros Ativos Intangíveis	596	496
Total	1.938	1.838

15. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São recursos oriundos do Tesouro Nacional, relacionados aos ativos imobilizados que foram adquiridos pela Companhia a partir do exercício de 2008, sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com a Deliberação CVM nº 646/10 e o Pronunciamento Contábil nº 07 emitido pelo CPC. Os saldos estão apresentados a seguir:

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Aquisições	(44.697)	(34.322)
Receita realizada (acumulada)	6.963	5.532
Total	(37.734)	(28.790)

16. FORNECEDORES

Este saldo, é composto de obrigações com empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado; materiais para consumo imediato e serviços, como plano médico; transporte; alimentação e outros.

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
No país	6.467	8.372
No exterior	-	-
Total	6.467	8.372

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

São obrigações com salários e férias apuradas individualmente até a data do encerramento do período pela área de recursos humanos.

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Salários e Consignações	12.789	8.407
Férias	19.802	26.442
Total	32.591	34.849

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

São tributos que incidem sobre prestações de serviços e sobre as receitas com vendas entre outros, conforme contrato de comercialização e com recolhimento no prazo do vencimento.

Tributos por entes	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Tributos Federais	311	1.956
Tributos Estaduais	43	2
Tributos Municipais	135	-
Total dos Impostos a Recolher	489	1.958

19. OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Referem-se a valores exigíveis, os quais foram recebidos a título de adiantamento, derivados de marcos contratuais que antecedem a entrega do produto ou serviço acordado com o cliente e da geração da nota fiscal. Visam viabilizar a execução dos projetos. A medida em que as receitas dos projetos são reconhecidas e, consequentemente, das contas a receber, seus saldos são reduzidos, uma vez que são contrapartidas destas contas a receber.

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Circulante	7.845	13.016
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	-	-
Indústrias Nucleares do Brasil - INB	-	-
Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear	4.157	382
Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.	8.378	8.378
Amazônia Azul Tecnologia de Defesa S.A. - Amazul	3.083	15.709
Outros Clientes	-	58
Total	23.463	37.542

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Correspondem as consignações efetuadas na folha de pagamento dos empregados, inerentes a coparticipação de benefícios concedidos pela empresa, como refeição, assistência médica e outros para serem repassados para diversos credores.

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Pensão Alimentícia	53	37
Planos de Previdência e Assistência e Seguro	11	-
Representantes de Classes	641	655
Consignações a Pagar	1.098	995
Depósitos Retidos	1.123	2.129
Total	2.926	3.816

21. RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

São recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional, em forma de subvenção para cobrir custos/despesas que ainda não incorreram. De acordo com a deliberação CVM nº 646/10 e CPC 07 e considerando que a receita de subvenção, deve ser confrontada com as despesas que se pretende compensar, reclassificamos o excesso recebido para receita de subvenção a realizar. A subvenção do não circulante foram destinadas para custear os contratos de construção de longo prazo, os quais, encontram-se em andamento.

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Circulante	5.706	34.944
Pessoal e Benefícios	-	-
Importações em Andamento	2.527	-
Tecnologia		



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



(vide nota 31). Os processos foram atualizados pela Gerência Jurídica da Nuclep e totalizaram 30 processos sendo classificados como provável:

Ações Cíveis	Dezembro 2021
Processos:	
0183762-55.2016.8.19.0001	15.063
0402563-74.2012.8.19.0001	2.856
0110224-85.2009.8.19.0001	2.312
0402571-51.2012.8.19.0001	2.127
Demais Processos	5.250
Total das Ações Cíveis	27.608

24.2 Passivos Contingentes

A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas e cíveis, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididas contra a Nuclep. Foram constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Deliberação CVM nº 594/09). Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da Nuclep que, requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR que foi implantado sem efeito retroativo. A quitação das sentenças trabalhistas e cíveis, são feitas com aportes do Tesouro Nacional, inseridos no Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, conforme portaria nº 1, de 11/01/2010.

Ações trabalhistas

Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 30% (trinta por cento) e o restante, 70% (setenta por cento) de um total de 169 (cento e sessenta e nove) processos, conforme segue:

Processos:	Dezembro 2021
0104400-57.2001.5.01.0461	2.667
0039100-07.2008.5.01.0461	644
0000145-33.2010.5.01.0461	615
0011825-36.2015.5.01.0462	556
0101333-24.2016.5.01.0020	489
0100384-27.2019.5.01.0462	469
Demais Processos	12.827
Total de Ações Trabalhistas	18.267

Ações Cíveis

Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 82% (oitenta e dois por cento) e o restante, 18% (dezoito por cento) de um total de 35 (trinta e cinco) processos, conforme segue:

Processos:	Dezembro 2021
0007218-12.2017.8.19.0024	6.472
0009158-46.2016.8.19.0024	5.509
0150097-58.2010.8.19.0001	2.430
Demais Processos	3.235
Total de Ações Cíveis	17.646
0007218-12.2017.8.19.0024 e 0009158-46.2016.8.19.0024 - Processos em Fornecedores Nacionais	(4.866)
Total dos Passivos Contingentes	31.047

As contingências classificadas como possíveis, não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Ações trabalhistas	9.731	10.204
Ações cíveis	55.130	6.602
Total	64.861	16.806

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Capital Autorizado	183.524	183.524
Capital integralizado	(122.314)	(122.314)
Capital Subscrito e Integralizado	61.210	61.210
Reserva de Reavaliação	22.573	27.380
Ajuste de Avaliação Patrimonial	159.864	159.864
Prejuízos Acumulados	(64.639)	(69.386)
Total	179.008	179.008

25.1 Capital Social O capital social subscrito e integralizado, é de R\$ 61.210.000,00 (sessenta e um milhões e duzentos e dez mil) dividido em ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 18/03/94, através da 47ª AGO, o Conselho de Administração aprovou limite de aumento em até 183.523.810 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O capital social subscrito e integralizado, possui a seguinte composição:

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
- União Federal	100%	61.209.994

25.2 Reserva de Reavaliação

No ano base de 2.000, foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, cujo saldo, é de R\$ 22.573 mil (2020: R\$ 27.380 mil). Neste período, foram realizadas baixas no montante de R\$ 4.807 (2020: R\$ 4.674) classificadas a saber:

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Instalações	160	159
Edifícios	1.387	1.258
Terminal Marítimo	81	81
Acesso ao Terminal Marítimo	32	32
Máquinas e Equipamentos industriais	3.147	3.144
Total	4.807	4.674

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

– Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

A Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços compreende os valores vinculados às contraprestações pelo cumprimento das obrigações de desempenho acordadas nos instrumentos contratuais: Contrato nº 42000/2013-010/00 estabelecido com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP (Fabricação de Vaso de Pressão do Reator, Acessórios, Sobressalentes, Dispositivos e Ferramentas Especiais); Contrato nº 42000/2013-011/00 estabelecido com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP (Fabricação e fornecimento de 2 (dois) Geradores de Vapor para propulsão naval); Contrato nº 42000/2017-043/03 estabelecido com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP (Fornecimento de Equipamentos do Sistema de Resfriamento de Emergência); CT 11/2019, estabelecido com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul (Conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica) - Bloco 40); Contrato para Industrialização parcial, com disponibilidade de infraestrutura, para montagem de 01 (um) Vaso de Pressão TAG MDB-1015, estabelecido com a Empresa Brasileira de Solda Elétrica S/A - EBSE; Pedido Comercial 4509750169, estabelecido com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (Fabricação de Torre de Processo DEA); GAC T/CT-4500155992, estabelecido com a Eletro Nuclear (Linhação de área externa pelo armazenamento de parte dos equipamentos de Angra 3); GAC CT 009/09, estabelecido com a Eletro Nuclear (Fornecimento de 08 Acumuladores com acessórios sobressalentes para unidade de 03 da CNAEA, referente ao pacote M-112); GAC CT 006/10, estabelecido com a Eletro Nuclear (Fabricação e Fornecimento de 3 (três) Condensadores MAG 10/20/30 BC001 para a Usina Nuclear de Angra 3; CT 304010406, estabelecido com a Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. (Fornecimento de Estruturas Metálicas, incluindo os estais e conjuntos de fixação para as estruturas estaladas); Proposta 088/20 - R1, estabelecida com a Blue Water Shipping (Serviço de apoio incluindo a disponibilização do Terminal de Uso Privativo da NUCLEP; CT 029/2019, estabelecido com a Comissão Nacional de Energia Nuclear - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Industrialização por Usinagem, Montagem e Ajustes de blindagem radiológica de chumbo (Pb) em perfis estruturais de aço inoxidável especificação CTR 1405 e CTR 1803; Proposta 010/2021, estabelecida com a Flowserve do Brasil (Serviço de reparo por usinagem de componentes de bomba, Difusor - DW035307 e Cabeçote - DW035307) e o CT 005/17/002, estabelecido com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras S.A. (Prestação de serviço especializado de assistência técnica da Autoclave Basculante para cilindros 30B).

Receita por Clientes	Dezembro 2021	Dezembro 2020
CTMSP	9.642	122
Amazul	12.626	-
EBSE	1.313	133
Petrobras	1.208	-
Eletro Nuclear	10.608	4.040
Neoenergia	915	470
Blue Water	471	-
IPEN	369	-
INB	330	199
Outros	324	348
Total da Receita Operacional Bruta	37.806	5.312

26.1 IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS NO RECONHECIMENTO DA RECEITA

– Apresentação do resultado considerando a incidência de benefícios fiscais

Aplica-se ao contrato CT 11/2019, estabelecido com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul (Conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica) - Bloco 40, o benefício do RETID, que tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos na área estratégica de defesa. Dadas as isenções da PIS/Pasep, da COFINS e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, verifica-se um impacto no reconhecimento da receita inerente ao projeto, uma vez que seus custos são suprimidos em consequência da desoneração tributária.

AMAZUL - (RETID) - Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa	Benefícios - RETID	Dezembro 2021
Receita reconhecida	12.626	1.766
PIS	282	-
COFINS	1.297	-
IPI	813	-
Total	15.018	1.766

– Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional

São suportes financeiros recebidos em forma de subvenção, destinados a manutenção da empresa. Tem como objetivo, fazer face as despesas com pessoal, parte dos custos operacionais e aos investimentos. São contabilizados conforme estabelece a norma contábil deliberada pela CVM nº 646/10 e o Pronunciamento CPC 07, ou seja, como receita de subvenção no mesmo período de reconhecimento das despesas a que estão associadas.

Os recursos recebidos para investimentos, são demonstrados em conta redutora do Ativo Não Circulante e reconhecidos no resultado na mesma proporção da depreciação ou baixa do bem correspondente.

Recursos Orçamentários - por Vinculação de Pagamento	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Pessoal	225.774	223.867
Custeio: Sentença e Benefícios	25.256	63.801
Custeio/Investimentos	63.158	2.073
Recursos Orçamentários transferidos para Subvenção a Realizar	(38.635)	(66.312)
Total dos Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional	275.553	223.429
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	313.359	228.741
– Consolidação da Receita Operacional Bruta	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Receita Operacional Bruta	313.359	228.741
(-) Impostos, Contribuições e outras deduções sobre vendas	(6.527)	(3.251)
Receita Operacional Líquida	306.832	225.490

27. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de produção da Nuclep são oriundos de recursos próprios e também por meio de subvenções para investimentos por ser uma empresa dependente financeiramente do Tesouro Nacional. Parte das suas aquisições dos seus insumos de produção, com recursos recebidos em forma de subvenção e o restante com recursos próprios decorrentes de suas atividades operacionais. Já Insumos como Mão de Obra; Transporte e Alimentação, são 100% (cem por cento) adquiridos com recursos subvencionados. A seguir, discriminamos os principais insumos apropriados como Custos dos Produtos e Serviços Vendidos:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
CTMSP		
- TC1/2 - VP 3/4 - VP 5/6	(15.871)	-
- VASO DE PRESSÃO DO REATOR - VPR	(1.232)	-
- GERADORES DE VAPOR - GV'S	(1.128)	-
PETROBRÁS		
- TORRE DE PROCESSO DEA	(933)	-
AMAZUL		
- BLOCO 40	(12.462)	-
EBSE		
- CORTE DE CHAPAS A PLASMA	(195)	(90)
Marinha do Brasil		
- MASTRO DA BANDEIRA	-	(12)
Eletro Nuclear		
- FORNECIMENTO DE 8 ACUMULADORES PARA ANGRA 3	(5.423)	-
IPEN		
- BLINDAGEM RADIOLÓGICA METÁLICA	(2.187)	-
TOTAL CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(39.431)	(102)

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

São os gastos que incorrem com as áreas da Presidência; Conselhos de Administração e Fiscal; Diretorias Administrativa e Comercial, além dos custos não aplicados a produção da Diretoria Industrial a saber:

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Salários e Encargos	(161.776)	(146.966)
Benefícios	(12.254)	(7.585)
Previdência	(30.772)	(25.782)
Materiais e Serviços/ Provisões	(49.112)	(33.471)
Depreciação e Amortização e Impairment	(8.449)	(5.885)
Demais Despesas	(2.102)	(6.331)
Total	(264.465)	(226.020)

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

As despesas financeiras são correspondentes aos encargos de juros, variações monetárias e cambiais sobre saldo dos passivos exigíveis.

Recursos e Despesas Financeiras	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Recursos financeiros		
Variações monetárias	23	37
Juros, multas e taxas	-	251
Total das receitas financeiras	23	288
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(93)	-
Juros, multas e taxas	(482)	(369)
Total das despesas financeiras	(575)	(369)
Resultado financeiro	(552)	(81)

30. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A NUCLEP é Patrocinadora-Fundadora do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, tendo como demais patrocinadores a Eletrobrás Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB e o próprio Instituto, entidade fechada de previdência privada, que administra um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social para seus empregados e dirigentes, amparado por contrato solidário de responsabilidades firmado entre todas as partes.

O programa criado em 1979 para ser o fundo de pensão do setor nuclear do país, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos – BD, que visa garantir a maioria dos participantes, uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, quando somada à da previdência social limitada a três tetos previdenciários. Da cobertura, também, às aposentadorias por invalidez, especiais e o pagamento de pensões aos dependentes de participantes que vierem a falecer. Em 31 de dezembro a população vinculada ao programa era a seguinte, comparada com o exercício anterior:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
	Plano BD	Plano BD
DADOS POPULACIONAIS		
1. Participantes Ativos		
1.1. Número de empregados vinculados ao plano	580	619
1.2. Idade Média (anos)	40,04	39,97
1.3. Serviço Creditado (total)	14,2	13,59
1.4. Tempo Médio de Serviço Futuro (Aposentadoria)	60,06	63,97
1.5. Valor do Salário Médio (R\$)	13.601,65	11.709,42
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados por contribuição, idade e especial	387	369
2.2. Idade Média (anos)	63,96	64,7
2.3. Benefício Médio (R\$)	9.098,94	8.808,67
3. Pensionistas		
3.1. Número de participantes pensionistas	60	59
3.2. Idade Média (anos)	64,87	63,99
3.3. Benefício Médio em R\$	3.727,83	3.685,91
População Total	1.027	1.047

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, essa especialmente pela Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33, a NUCLEP procedeu à avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa ASSISTANTS LTDA – Registro CIBA nº 068, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Em 31 de dezembro, a avaliação independente revelou os seguintes resultados:

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Valor presente da obrigação atuarial no Início do Exercício	1.030.544	949.723
Custo dos Juros	73.149	67.305
Custo do Serviço Corrente	11.736	39.335
Benefícios Pagos pelo plano	(50.198)	(45.207)
Remunerações de Ganhos/(Perdas) Atuariais	13.769	19.388
Valor presente da obrigação atuarial no final do Exercício	1.079.000	1.030.544
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor Justo dos Ativos no Início do Exercício	834.290	851.099
Receitas de Juros	59.792	60.909
Contribuições do Patrocinador	9.760	9.511
Contribuições dos Participantes	7.621	10.757
Benefícios Pagos pelo plano	(50.198)	(45.207)
Contribuições patronais extraordinárias	0	39
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os ativos do plano	(99.522)	(52.818)
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	761.743	834.290
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO	(317.257)	(196.254)

A NUCLEP subscreveu um contrato de confissão de dívida junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos e estão apresentados na nota explicativa 23.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas que possam impactar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

Seguro	Risco Coberto	Cobertura R\$
Seguro de Bens Patrimoniais	Incêndio, Raio, explosão, impropriedade e outros	142.859.914,99
Responsabilidade Civil Diretores e conselheiros	Responsabilidade civil	10.000.000,00
Seguro de automóveis	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	100% tabela FIPE
Responsabilidade Civil Geral	Operações Industriais / Empregador	3.000.000,00
Seguro Incêndio – Escritório Rio	Incêndio, Raio, explosão, impropriedade e outros	993.845,45
Riscos Nomeados – Patrimoniais Terminal Portuário	Incêndio, impropriedade e outros e quebra de Máquinas	13.100.000,00
Seguro de vida em grupo	Diretores, Funcionários, Estagiários e Aprendizes [sendo 87 o somatório desses dois últimos]	815

32. CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997 a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade, com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a Nuclep pactou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e consequentemente refazer o plano de recebimento incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a Nuclep em 29 de setembro de 2004 a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital – RJ, aguardando decisão.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



(d) despesa reconhecida durante o período relacionada a dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

	Tesouro Nacional	Marinha do Brasil - CTMSP	INB	NUCLEOS	TOTAL
Dezembro 2020	250.697	(111.880)	33.017	(224.669)	(52.835)
Ativo					
Direitos a Receber	12.138				12.138
Passivo					
Obrigações a Pagar/Realizar		71.669		(7.925)	63.744
Dezembro 2021	262.835	(40.211)	33.017	(232.594)	23.047

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

a) Controladora da Nuclep conforme nota 25.1.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

a) **Garantias concedidas:** pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e que teve como consequência a constituição de um passivo orçamentário por parte do Tesouro Nacional, a NUCLEP e o Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS, firmaram em 2007, um Termo de Transição que viabiliza a amortização da dívida a ser paga em 360 meses (até outubro 2039). Desta forma e considerando a documentação mencionada acima, acrescida da portaria nº. 1 de 11 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, onde estabelece que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional recursos financeiros para pagamento das dívidas judicializadas, a NUCLEP constitui umas contas a receber da Secretaria do Tesouro Nacional. O impacto na STN alcançará cinco Planos Plurianuais – PPA visto que a amortização da dívida se encerra em até 2039, conforme nota 09.

MARINHA DO BRASIL

a) Fornecimento de equipamento do sistema de resfriamento de emergência. Contrato nº: 42000/2017-043 (em andamento);

Valor Global: R\$ 9.440.563,79

Valor Faturado: R\$ 9.269.788,76

Receita Reconhecida: R\$ 8.060.136,00

b) Gerador e Vasos: Fabricação de 2 geradores de vapor (GV) para propulsão naval. Contrato nº: 42000/2013-011 (em andamento);

Valor Global: R\$ 17.629.087,92

Valor Faturado: R\$ 5.390.618,43

Receita Reconhecida: R\$ 1.697.870,31

c) Fabricação de vaso de pressão do reator (VPR) acessórios, sobressalentes, dispositivos e ferramentas especiais. Contrato nº: 42000/2013-010 (em andamento);

Valor Global: R\$ 14.252.646,39

Valor Faturado: R\$ 4.602.228,17

Receita Reconhecida: R\$ 1.971.597,61

d) Conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica), conforme Especificação de Compra no R11.01-1400-AC-0017 rev.3, proposta Técnico-Comercial no 089/19 rev. 1 e seus anexos e demais elementos técnicos anexos. Contrato nº 11/2019;

Valor Global: R\$ 55.184.699,03

Valor Faturado: R\$ 15.709.055,46

Receita Reconhecida: R\$ 12.626.259,14

A composição analítica dos custos de produção dos projetos citados, por ordem de serviço, foram totalizadas e contabilizadas da seguinte forma:

Projeto	O.S.	Nome	Observação	Saldo
101.05120.01.0217.0000.01	2400000568	CTMSP	Compra de Materiais	367.377
101.05120.01.0217.0000.02	2400000576	CTMSP	Contratação de Serviços	504.682
101.05120.01.0217.0000.03	2400000509	CTMSP	Procedimentos Comuns - TC1/2 - VP 3/4 - VP 5/6	10.315.107
101.05120.01.0217.0004.00	8305000001	CTMSP	Dispositivo Auxiliar - Acumulador	877.010
101.05120.01.0217.0004.01	2400000584	CTMSP	VP3	3.089.972
101.05120.01.0217.0004.02	2400000517	CTMSP	VP4	2.573.792

Projeto	O.S.	Nome	Observação	Saldo
101.05120.01.0217.0013.00	8305100006	CTMSP	Dispositivo Auxiliar - Trocador de Calor	1.500.627
101.05120.01.0217.0013.01	2400000525	CTMSP	TC1	4.846.090
101.05120.01.0217.0013.02	2400000533	CTMSP	TC2	3.286.290
101.05120.01.0217.0014.00	8305200001	CTMSP	Dispositivo Auxiliar - Tanque	5.471.489
101.05120.01.0217.0014.01	2400000541	CTMSP	VP5	6.325.575
101.05120.01.0217.0014.02	2400000550	CTMSP	VP6	6.383.261
101.05120.01.0908.0014.02.00	2400000002	CTMSP	Fabricação de Conjuntos de Componentes e Outros	193.704
101.05120.01.1400.0022.01.02		CTMSP	Fabricação de Dispositivos dos GVS/SNBR	45
101.05120.02.0513.0001.00	8306200004	CTMSP	Vaso de Pressão do Reator - Dispositivo Auxiliar - VPr	5.535.220
101.05120.02.0513.0001.01	1100500007	CTMSP	Fabricação - Vaso de Pressão de Reator	41.361.816
101.05120.02.0613.0000.02		CTMSP	Contratação de Serviços	550
101.05120.02.0613.0001.00	8306300009	CTMSP	Gerador de Vapor - Dispositivo Auxiliar - GVs	2.217.861
101.05120.02.0613.0001.01	1200200001	CTMSP	Gerador de Vapor 01 e 02	16.988.025
101.05120.02.0613.0001.03	1200200019	CTMSP	Serviços de não-Conformidade dos Tampos dos GVs	41.503
				111.879.995

Baixa de Ativo (Apropriações de despesas como Custos Indiretos) - Classificados para Perda: (62.901.138)

Custo dos Produtos Vendidos - CPV no exercício de 2021 (18.231.011)

Apropriações de Custos Diretos no Período: 9.463.233

Transações entre Partes Relacionadas [Ativáveis]: 40.211.080

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL – INB

Empréstimos e Financiamentos: Conforme apresentado na nota 22, corresponde a empréstimo concedido pela INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A em 09 de dezembro de 1992.

NUCLEOS

a) **Dívida Consolidada:** A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação conforme processo nº 2002.001.153437-3, junto da 30ª Vara Civil do Rio de Janeiro, divulgado na nota 23.

35. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

	Menor	Maior	Média
Empregados	2.147,89	39.293,22	12.775,03
Administradores (Presidente, Diretores e Conselhos)	3.521,04	32.501,87	3.521,04

36. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia.

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
Presidente
CPF 507.580.717-87

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

NICOLA MITRO NETO
Diretor Comercial
CPF 141.248.308-58

ALEXANDRE MAGALHÃES FERNANDES
Diretor Industrial
CPF 981.857.567-91

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
CPF 024.999.427-54

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP**
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78
Itaguaí (RJ)

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. A companhia vem trabalhando nos seus custos de produção, mas apesar dessa atitude, continua assumindo valor muito alto de ineficiência dentro de custos administrativos.

2. O terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está registrado tanto na contabilidade da NUCLEP quanto da INB, criando uma duplicação de registro no SIAFI. Existe um documento sob o registro nº 371/2021, o qual contempla a reabertura do processo que visa a regularização do bem imóvel objeto da duplicidade de registros, abrangendo os representantes das empresas NUCLEP, INB, CNEM e MCTIC.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP**.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP** a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

As Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2020 foram auditadas por nossa firma que emitiu Relatório em 03/02/2021, sem ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 31 de janeiro de 2022.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" RJ "S" DF

PARACER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021. O Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 11 do Regimento do Conselho Fiscal da Empresa, combinado com o art. 163, incisos II e VII da lei no 6.404/76, procedeu ao exame do Relatório de Administração, contido no Relatório Integrado, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e, tomando por base a manifestação dos auditores independentes AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES S/A, de 31/01/2022, sem ressalvas, e no Parecer da Auditoria Interna nº AUD 002/2022, de 16/02/2022, dos quais destacamos os seguintes aspectos contábeis: (i) necessidade de aprimoramento das estimativas dos custos de produção visando adequada formação de preços e

(ii) terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está registrado tanto na contabilidade da Empresa quanto da Indústrias Nucleares do Brasil – INB, fato que gera incerteza quanto à dimensão do seu patrimônio líquido, é da opinião que os referidos documentos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da empresa.

MAURO IUNES OKAMOTO
Presidente do Conselho

Brasília, 17 de março de 2022.
RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU
Conselheiro

ANDERSON MARCIO DE OLIVEIRA
Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA MANIFESTAÇÃO Nº 01/2022 RELATÓRIO INTEGRADO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2021

1. PROPÓSITO

Em conformidade com a legislação e demais normativos pertinentes (Instrução CVM nº 509/2011, art. 31-D), o Comitê de Auditoria é definido como órgão auxiliar do Conselho de Administração, que tem por finalidade precípua o assessoramento do referido Conselho no que concerne ao exercício das suas funções de auditoria, supervisão e fiscalização.

Neste contexto, a presente Manifestação tem por propósito apresentar ao Conselho de Administração o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria em relação ao Relatório Integrado relativo ao exercício de 2021, bem como em relação ao correspondente Relatório da Auditoria Independente.

2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Como consignado na Ata da 88ª reunião ordinária, realizada em 19 de janeiro de 2022, visando atender aos prazos, determinados pela PGFN, para prontificação e disponibilização do relatório integrado relativo ao exercício de 2021, a partir do atual enquadramento da Companhia como empresa pública, concluiu-se pela necessidade de antecipação da data de análise do referido documento.

Neste contexto, na 89ª reunião ordinária, cuja realização foi antecipada para 22 de fevereiro de 2022, o Comitê efetuou a devida análise do Relatório Integrado 2021 apresentado pela Companhia, com especial ênfase para as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas e Relatório da Auditoria Independente.

Na referida análise, foram consideradas, prioritariamente, a legislação/normatização básica aplicável (Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020, do TCU, com especial atenção para o disposto no art. 8º, § 3º, Decisão Normativa nº 187, de 9 de setembro de 2020, do TCU, com especial atenção para o disposto no art. 8º e para os elementos de conteúdo do relatório de gestão, na forma de relato integrado, estabelecidos no seu Anexo II, e Norma Brasileira de Contabilidade CTA 25 (R1), de 11 de abril de 2019), além do Parecer da Auditoria Interna nº AUD - 01/2022.

As principais considerações e recomendações a respeito encontram-se consignadas na Ata da referida reunião, item 6, II e III.

3. CONCLUSÕES

a) RELATÓRIO INTEGRADO 2021

Nos termos previstos pelo TCU na evolução das prestações de contas, o relatório integrado contém todas as informações inerentes ao designado "relatório da administração", previsto na Lei nº 6.404/1976, além da abordagem de diversos outros aspectos, incluindo-se todos os aspectos inerentes a sustentabilidade, de forma que a sua divulgação contribua para a melhor aderência aos requisitos mínimos de transparência previstos nos arts. 8º, IX, e 13, IX, respectivamente, da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016.

Em função da análise efetuada, ressalvadas as recomendações anteriormente mencionadas, entende-se que o Relatório Integrado 2021 apresenta informações que podem ser avaliadas como confiáveis e consentâneas com os grandes objetivos da Companhia, expressos no Planejamento Estratégico 2021-2025.

Há de ser salientado, ainda, que as verificações e análises efetuadas respaldam a avaliação positiva da qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, de forma geral, com respeito aos ditames da legislação em vigor e boa representação dos atos e fatos. Igualmente positiva é a avaliação das informações sobre transações com partes relacionadas discriminadas no item 34 das notas explicativas, tomando-se por base a "Política de transações com partes relacionadas" em vigor, bem como os termos previstos na NBC nº TSP 22, de 21 de novembro de 2019, CPC 05 (R1).

b) RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Relatório da Auditoria Independente observou adequadamente os parâmetros definidos na norma específica aplicável (Norma Brasileira de Contabilidade CTA 25 (R1), de 11 de abril de 2019), não havendo nenhuma ressalva ou recomendação a respeito.

Rio de Janeiro, RJ, em 22 de fevereiro de 2022

Adilson Dias Oliveira
Presidente

Luciano Campos Frade
Membro

Luis Odair A.G. Raymundo
Membro

